

Ações afirmativas ampliam direito à saúde

MATILDE RIBEIRO

Assistente social, mestre em psicologia social e ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

A participação popular na gestão da saúde pública vive um momento privilegiado neste mês de novembro, quando se comemora o Dia da Consciência Negra e acaba de ser realizada em Brasília a 13ª Conferência Nacional de Saúde. O evento reuniu o governo federal e a sociedade civil para reavaliar os programas em curso e estabelecer metas prioritárias.

A Conferência indicou caminhos para fortalecer as ações afirmativas na área de saúde, que se somam às políticas de promoção da igualdade racial hoje desenvolvidas pela ampla maioria dos ministérios e também disseminadas por estados e municípios que integram o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial.

Programas voltados à saúde devem necessariamente levar em consideração a diversidade étnico-racial, bem como a distribuição de renda, que influem de forma

determinante no acesso aos serviços públicos capazes de oferecer condições para uma vida saudável.

Com essa perspectiva, é fundamental reafirmar a concepção de saúde como direito humano, tornando cada vez mais estratégica para o governo federal a implantação de políticas capazes de atender aspectos de promoção, prevenção, atenção, tratamento e recuperação de doenças e agravos transmissíveis e não-transmissíveis.

Desde novembro de 2003, quando a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e o Ministério da Saúde assinaram termo de compromisso para formular e implantar a Política Nacional de Saúde da População Negra, vários avanços foram possíveis. Com isso, intensificou-se a implantação de uma política específica, fortalecida pela designação de um orçamento de R\$ 5 milhões no Plano Plurianual (PPA) 2004 — 2007, o qual será elevado para R\$ 9 milhões no PPA 2008 — 2011.

Uma das principais iniciativas do governo brasileiro na área de saúde é o Programa

Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias, que atingem principalmente a população negra.

Foram tomadas ainda iniciativas de proteção à saúde da mulher e da criança, por meio da inclusão do recorte racial no Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal. Outra mudança importante é a incorporação do recorte racial às principais publicações periódicas de análises epidemiológicas e de vigilância em saúde no SUS.

Já o Programa Nacional de Combate ao Racismo Institucional no SUS tem o objetivo de mobilizar os serviços públicos para reconhecer, identificar e responder às formas de discriminação racial que interferem no acesso e na qualidade da atenção à saúde, com a reeducação dos gestores e servidores para oferecer atendimento adequado a todos os cidadãos.

A partir da análise dos indicadores sociais e das publicações sobre saúde, são apresentados doenças e agravos prevalentes na população negra, com destaque

para aqueles que podem ser geneticamente determinados, tais como a anemia falciforme. Há também os agravos adquiridos em condições desfavoráveis, como desnutrição, anemia ferropriva, doenças do trabalho, DST/HIV/Aids, mortes violentas, mortalidade infantil elevada, abortos sépticos, sofrimento psíquico, estresse, depressão, tuberculose, transtornos mentais derivados do uso abusivo de álcool e outras drogas. E ainda os que se agravam por falta de tratamento adequado, como hipertensão arterial, diabetes, câncer, miomatoses. São problemas que necessitam de uma abordagem específica, pois do contrário corre-se o risco de inviabilizar a promoção da equidade em saúde no país:

O objetivo maior dessa congregação de esforços é que as ações em curso sejam assimiladas como políticas de Estado integradas às agendas das administrações públicas das três esferas da Federação, o que contribuirá definitivamente para que a saúde seja apropriada como direito inalienável de todo cidadão brasileiro.